

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoese@ufes.br

Planos Diretores de cada cidade não compartilharam de uma visão metropolitana comum. A soma desses planos municipais não gera um todo metropolitano

Desajuste metropolitano

Depois de mais de 40 anos, será iniciada amanhã a elaboração do plano de desenvolvimento para a Grande Vitória - provavelmente para a terceira década do século XXI.

Em meados dos anos 70, no século anterior, foi tecido o Plano de Estruturação do Espaço (PEE). Influenciou no primeiro PDU de Vitória e na definição de investimentos metropolitanos - a exemplo do transporte coletivo.

Passadas quatro décadas, foi preciso de uma lei federal - o Estatuto da Metrópole - para que se retomasse o planejamento da Grande Vitória. Esse abandono é um sinal da dependência estadual diante do federalismo recentralizado.

Até agora, na democracia, dominaram estudos sobre a Grande Vitória, notadamente no Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), porém com pouquíssima influência na efetivação de alguma articulação nos planejamentos e nos investimentos na referida região.

Entre o PEE e esse anúncio natalino do planejamento metropolitano, o desajuste socioambiental metropolitano na Grande Vitória foi amplificado por quatro fatores que se reforçam entre si - acarretando aplicações péssimas e de-

sencontradas do dinheiro público:

1. Os Planos Diretores de cada município não compartilharam de uma visão metropolitana comum; tiveram um capítulo sobre a metrópole - mas próprio de cada um deles. É certo que a soma desses planos diretores municipais isolados não gera um todo metropolitano com o mínimo de planejamento e investimento integrados. Desperdiça-se nosso dinheiro.

2. Governo estadual, Assembleia, prefeituras, Câmaras, além de outras instituições, continuam com uma atuação completamente dissociada em temas de interesse comum, a exemplo do "pó preto". Em desafios sensíveis, ganha o jogo de empurra.

3. Os planejamentos e investimentos de serviços estaduais, como mobilidade e saneamento, foram plenamente setoriais - e com baixa participação das instâncias municipais e da sociedade na definição de prioridades. O governo do Estado se transforma, com a concentração, em uma Prefeitura Metropolitana, de fato.

4. O estímulo estatal ao investimento privado, notadamente o Minha Casa Minha Vida para a pobreza, não observa o básico na consideração do planejamento do uso e ocupação do solo, da mobilidade, do saneamento, advindo custos posteriores por conta dos terrenos baratos - caros, distantes, e que estimulam especulações.

O que será possível fazer, depois de tanto tempo perdido, para que a Grande Vitória fraturada se aproxime de uma governança política metropolitana?